

Santos, Elinaldo; Braga, Vitor; Santos, Reginaldo

Conference Paper

Administração Política do Desenvolvimento: uma proposta teórica do Sul

55th Congress of the European Regional Science Association: "World Renaissance: Changing roles for people and places", 25-28 August 2015, Lisbon, Portugal

Provided in Cooperation with:

European Regional Science Association (ERSA)

Suggested Citation: Santos, Elinaldo; Braga, Vitor; Santos, Reginaldo (2015) : Administração Política do Desenvolvimento: uma proposta teórica do Sul, 55th Congress of the European Regional Science Association: "World Renaissance: Changing roles for people and places", 25-28 August 2015, Lisbon, Portugal, European Regional Science Association (ERSA), Louvain-la-Neuve

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/124758>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

Administração Política do Desenvolvimento: uma proposta teórica do Sul.

*Uma Epistemologia do Sul assenta em três orientações:
aprender que existe o Sul;
aprender a ir para o Sul;
aprender a partir do Sul e com o Sul.
(Boaventura de Sousa Santos, 2010)*

Resumo

O objetivo deste ensaio é refletir sobre a Teoria da Administração Política do Desenvolvimento, uma proposta elaborada por autores latino-americanos de origem brasileira. As formulações perpassam por aspectos teórico-metodológicos alternativos aos dos pensadores do Norte-Global. O trabalho é apresentado em três seções: a primeira descreve as bases epistemológicas da administração política do desenvolvimento; em seguida apresenta-se o modelo conceitual da administração política do desenvolvimento; e por fim, são feitas algumas reflexões sobre a contribuição da teoria para a sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: Pensamento Latino-americano. Administração Política. Gestão do Desenvolvimento

Introdução

A divisão Norte-Sul não é apenas a uma linha imaginária que separa, geograficamente, países do hemisfério-norte dos países do hemisfério-sul, mas, também, um projeto de poder concebido pelos pensadores do mundo moderno. O Norte é um construto simbólico que representa o progresso, a ciência, a técnica e a supremacia econômica, política, cultural e bélica. Por sua vez, o Sul é o espaço destinado aos primitivos, aos atrasados, aos colonizados, aos subdesenvolvidos, aos periféricos e aos emergentes (SOUSA SANTOS e MENESES, 2010). Essa visão eurocêntrica do mundo institucionaliza a ocidentalização da América e desqualifica as outras possibilidades de organização social.

Com o propósito de rediscutir essa visão reducionista, simplória e dicotômica de alguns pensadores do Norte, sobre a compreensão do sistema-mundo e sua gestão, teóricos latino-americanos (PREBISCH, [1949] 2000; FURTADO, 1974; RAMOS, 1989; DUSSEL, 1993; ESCOBAR, 1998; QUIJANO, 2000), vêm, ao longo do último século, contestando teorias do pensamento moderno. A Teoria da Dependência (TD) – batizada pelo Norte – é um bom exemplo de contribuição da América Latina para explicar a relação Norte-Sul, que, a partir do conceito centro-periferia explica as causas das assimetrias entre esses dois mundos, questionado, com isso, a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (PREBISCH, [1949] 2000). Ao propor o conceito centro-periferia os autores da dependência procuraram fundamentar suas teorizações em outro eixo geográfico e, a partir daí, passaram a compreender que os discursos e as práticas de gestão são fenômenos históricos, sociais e geopolíticos (WANDERLEY, 2015).

Como parte integrante desse processo, evidenciaremos, neste trabalho, as contribuições da Teoria da Administração Política do Desenvolvimento (TAPD). A teoria surgiu da inquietação de um grupo de pesquisadores da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), precisamente, dos questionamentos formulados pelo seu

coordenador professor Reginaldo Souza Santos e de sua assistente de pesquisa, professora Elizabeth Matos Ribeiro, sobre os rumos que a ciência da administração e, consequentemente, os profissionais formados para exercer essa ciência tendem a trilhar. Para eles, tanto a ciência da administração como também seus operadores são fortemente conduzidos por uma racionalidade instrumental exacerbada que os impedem de desenvolver uma especulação científica e/ou filosófica da realidade social. Devido a isso, acabam não exercendo suas atribuições de explicar a gestão das relações sociais de produção e distribuição do sistema capitalista.

Essa inquietação tem origem, na década de 1990, quando é apresentada a tese de doutoramento de Reginaldo S. Santos ao Instituto de Economia da Unicamp, intitulada *A história das ideias sobre o Estado e a teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo* (1991). Nela, verifica-se que parte do conteúdo que constitui o campo da Economia Política não se caracteriza como estudos econômicos e sim como estudos administrativos. Diante disso, Santos (2010, p.14) formula o seguinte questionamento: Por que, então, a Administração permitiu e deixou prescrever sua responsabilidade em explicar a gestão e a gerência das relações sociais de produção e distribuição? Para buscar resposta a essa indagação, inicia-se na Escola de Administração da UFBA uma linha de pesquisa denominada de Administração Política que logo incorpora outros centros de pesquisa do país, contribuindo, assim, para uma vasta produção de conhecimento. O presente trabalho, objetiva analisar o pensamento que vem sendo elaborado por esse grupo de pesquisadores do Sul-americano. O trabalho é apresentado em três seções, além desta introdução: a primeira descreve as bases epistemológicas da administração política do desenvolvimento; em seguida apresenta-se o modelo conceitual da gestão do desenvolvimento da Administração Política; e por fim, são feitas algumas reflexões sobre a contribuição da teoria para a sociedade contemporânea. O resultado entende que outra administração é possível para o desenvolvimento.

Bases Epistemológicas da Teoria da Administração Política do Desenvolvimento

As bases epistemológicas da Teoria da Administração Política do Desenvolvimento (TAPD), diferentemente de outras teorias, cujas formulações, muitas vezes, estão em um único documento, são apresentadas num conjunto de trabalhos, publicados em momentos distintos. Isso deu, em função dos avanços dos estudos e do próprio amadurecimento dos pesquisadores. Entre outros trabalhos, destacamos aqui, os que mais evidenciaram os fundamentos da Administração Política, são eles:

- Administração Política Brasileira (1993);
- Em Busca da Apreensão de um Conceito para a Administração Política (2001);
- Administração Política como Campo de Conhecimento (2004);
- Bases Teórico-metodológicas da Administração Política (2009);
- Carta e Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil: Garanhuns (PE) (2010);
- Keynes e a Proposta da Administração Política para o Capitalismo (2010);
- A Crise, o Estado e os Equívocos da Administração Política Contemporânea (2012);
- Contribuições da Administração Política para o Campo da Administração (2014).

De modo geral, os arcabouços epistemológicos e metodológicos da TAPD estão descritos no

conjunto desses trabalhos. Neles, é possível identificar os principais elementos de sustentação teórica tais como: pressupostos, objeto, método, leis, entre outros. Em *Administração Política Brasileira*, Santos e Ribeiro (1993) analisam o modelo da gestão neoliberal, em curso no país, na perspectiva da ciência da administração. Para tanto, buscam em Norberto Bobbio inspirações para conceber o termo “administração política” como se constata na citação que procede:

Com esse objetivo [colocar em discussão a releitura dos limites de ação das políticas públicas por meio da interrelação entre Estado e sociedade], passamos então a discutir o conceito de administração política, tomando com referência as definições de Bobbio. O entendimento do autor a respeito da administração política fundamenta-se na concepção de o próprio processo de desenvolvimento do capitalismo exigir “uma mudança radical do modo de conceber e colocar a ação administrativa”. Isso significa dizer que a ampliação do papel do Estado no desenvolvimento nacional vai exigir uma nova postura administrativa, ou seja, um novo modelo de gestão pública capaz de colocar as funções organizativas-institucionais num nível ideal, que permite o estabelecimento de relação íntima e imediata com os objetivos primeiros e com a sociedade organizada. O autor defende ainda que essas relações devem coexistir num ambiente de constante interdependência de escolhas e resultados (SANTOS e RIBEIRO, 1993, p.106).

Assim, Santos e Ribeiro (1993) compartilham com Bobbio a tese de que cabe ao Estado o papel principal de reavaliar-se e reestruturar-se constantemente para poder ajustar o modelo ideal de desenvolvimento às inspirações da sociedade. Desse modo, entendem que a administração política nada mais é que: “a forma pelo qual o Estado se organiza e se estrutura para gerir o processo das relações sociais de produção”(p.106). O Estado é considerado, por esses autores, como o principal agente de desenvolvimento nacional.

Em *Busca da Apreensão de um Conceito para Administração Política*, Santos (2001) desenvolve uma análise histórica e epistemológica do campo da Administração para então formular a sua Teoria da Administração Política do Desenvolvimento. Para tanto, retoma a releitura dos clássicos, neoclássicos da Economia Política, bem como dos clássicos da Administração (Taylor, 1948; Waldo, 1964; Dimock, 1967; Simon, 1965; Ramos, 1983; 1989) e conclui que: “do ponto de vista do enquadramento científico, a administração é um campo disciplinar inteiramente indefinido, seja porque os estudiosos pouco se importam com isso, seja porque quando alguma importância é dada o é de forma equivocada, principalmente no que diz respeito ao seu objeto”(p.61). Diante dessa verificação, Santos, então, reabre a discussão sobre o que poderia ser o “verdadeiro” objeto de estudo da Administração, se a organização ou se a gestão, defendendo, portanto, a seguinte tese:

- A organização é lócus onde habita o objeto e não o objeto em si, pois no espaço organizacional manifestam-se diversos fenômenos sociais como: fenômeno de comportamento, de cultura, de poder, de comunicação, de mercado, de memória esobretudo de gestão. Porém, o que dá autonomia à Administração como campo próprio de conhecimento é a gestão;
- Por ser a gestão o objeto da Administração, tem como propósito organizar as relações sociais de produção e distribuição para um melhor bem-estar da humanidade;

- Os meios para alcançar o desenvolvimento representam o conteúdo próprio da administração política, que nada mais é senão o gerenciamento feito pelo Estado, nas suas relações com a sociedade, para edificar uma certa materialidade a fim de alcançar as finalidades expressas no bem-estar de uma sociedade ou da humanidade.

A tese formulada por Santos nos ajuda a compreender o que é desenvolvimento e quais os meios para alcançá-lo. O desenvolvimento é apresentado pelo autor como a finalidade suprema da Administração Política, que se concretiza por meio do bem-estar da humanidade. A gestão, por sua vez, constitui o meio, pelo qual essa finalidade suprema pode ser ou não atingida, dando-lhe, porém, um significado mais amplo do que o habitualmente é concedido pelos estudos ortodoxos da administração. A gestão é então um fenômeno que nasce “da”, “com” e “para” a sociedade, diferentemente do significado concebido pela ortodoxia do pensamento administrativo que entende a gestão apenas como um arcabouço de conhecimentos gerenciais elaborados e executados por especialistas.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento é colocado como sinônimo de bem-estar da sociedade que se materializa não apenas no bem-estar econômico, mas também no político, ambiental e bio-psico-social, gerando com isso, um bem-estar total. Santos (2001) busca inspiração em Artur Pigou para definir o seu conceito de bem-estar e nos clássicos da Economia Política para elaborar o seu modelo de gestão do desenvolvimento.

Diante disso, compreende ser a gestão o meio para alcançar o desenvolvimento proposto pela sociedade e gerenciado pelo Estado. Assim, Santos (2001; 2004; 2009; 2010) entende que o modelo de gestão (projeto de nação) constitui uma decisão política que remete a uma base ideológica, de crenças e valores, pois considera que todas as ideias políticas são determinadas pelas circunstâncias sociais e históricas e pelas ambições políticas a que servem. Pela interpretação de Santos, o conteúdo da Administração Política não se resume apenas a um único modelo de gestão do desenvolvimento, mas a modelos no plural, haja vista que seja possível falar de modelo de gestão do desenvolvimento liberal, marxista, keynesiano e/ou neoliberal.

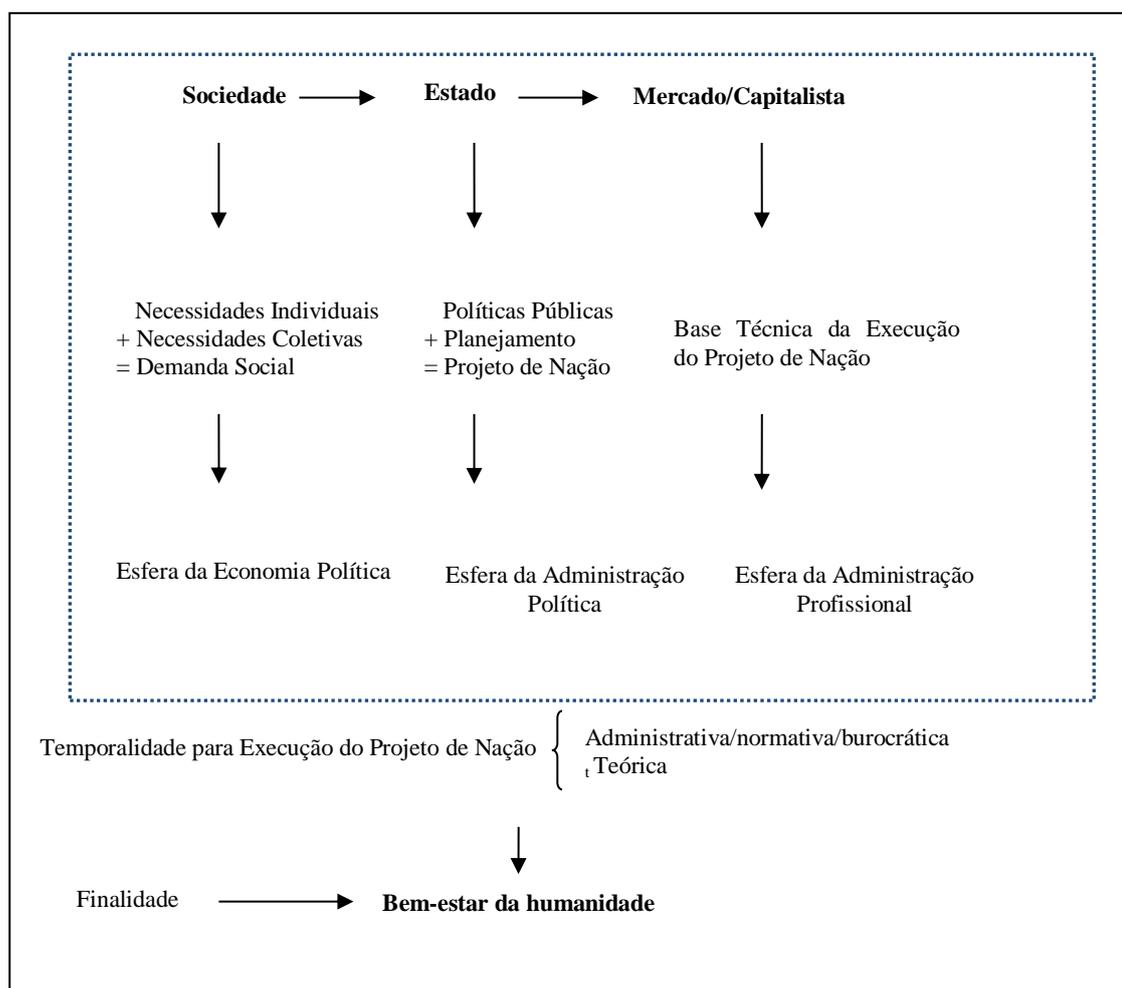
Dessa forma, entendemos que os Estudos da Administração Política do Desenvolvimento possuem um elevado grau de generalidade e abstração, pois, consistem em responder as seguintes questões: *Como devemos organizar o sistema produtivo de uma sociedade? Como os agentes administrativos agem dentro desse sistema? Qual a melhor forma para distribuir a riqueza produzida nesse sistema? Quem deve consumir a riqueza gerada por essa sociedade?* Isso posto, constata-se que os problemas da Administração Política se originam de uma reflexão que é, sobretudo, normativa, por contraste dos Estudos Ortodoxos Administrativos, que prioriza uma reflexão descritiva-explicativa e a-histórica.

O Modelo de Gestão da Administração Política do Desenvolvimento

Para Administração Política cumprir a sua finalidade suprema - garantir o bem-estar da sociedade, Santos (2001; 2004; 2009) advoga que é necessário conceber o modelo de gestão do desenvolvimento a partir de uma discussão tridimensional hierarquizada de forma lógica. Para tanto, considera-se que a primeira dimensão a se manifestar deve ser a sociedade representada por instituições/organizações sociais, dela espera-se as diretrizes gerais do

projeto de nação: O QUE O PAÍS QUER SER E ONDE PRETENDE CHEGAR. A segunda dimensão que deve assumir a coordenação da gestão das relações sociais de produção e distribuição da sociedade, deve ser o Estado, por ser a instituição das instituições, a organização das organizações, portanto, a única instituição capaz de estabelecer regras, normas e critérios para a convivência coletiva. Por fim, é dado ao capitalismo a incumbência de executar tecnicamente o projeto de nação, por meio dos seus administradores profissionais: o executivo, o médico, o engenheiro, o economista, o pedagogo, entre outros. A relação dessas três dimensões pode ser visualizada no modelo conceitual abaixo:

Figura 01: Modelo Conceitual da Gestão do Desenvolvimento da Administração Política



Fonte: Santos, 2001, p.61.

O modelo de gestão do desenvolvimento proposto por Santos e seus seguidores parte do princípio de que o desenvolvimento é um fenômeno decorrente da ação enérgica de três agentes principais – Sociedade, Estado e Mercado – porém, é dado ao Estado a função principal de coordenar o projeto de nação, haja vista que o Mercado é movido por interesses egoístas, portanto, é incapaz de proporcionar soluções benéficas para o bem-estar comum. Para chegarmos ao estágio de bem-estar comum é preciso partir das necessidades individuais não contempladas nas relações de mercado que impedem a conquista de finalidade suprema. O conjunto dessas necessidades individuais, não contempladas pelo mercado, constitui as

necessidades coletivas que, por sua vez, compõem a demanda social, dando, assim, origem ao projeto de nação. Nesse estágio, a Economia Política assume a sua função de responder pelo “que” e “por que” fazer, pelas possibilidades da produção, da circulação e da distribuição de bens para a sociedade.

Definido a demanda social, cabe ao Estado, a função de executá-lo. A execução do projeto de nação pelo Estado deve ser guiada por princípios de gestão de bens comuns e não por princípios da gestão mercadológica, pois, o Estado não pode ser instrumentalizado para viabilizar a finalidade de um sujeito particular – o capital; ele [Estado] tem o papel de gestor e executor do projeto da nação, cuja finalidade maior é o bem-estar de toda sociedade. Sobre isso relata Santos (2001, p. 67) “parece-nos, portanto, que é aqui, e não em outro lugar, que o objeto da administração política se manifesta de forma explícita e dá à administração um espaço próprio no campo da teoria do conhecimento.” Nesse momento, a gestão das relações sociais de produção e distribuição recebe a sua certidão de nascimento com todas as linhagens ideológicas, epistemológicas e metodológicas, estando assim pronta para completar a trilogia – Sociedade, Estado e Mercado - É nesse momento que Santos inclui no seu modelo de gestão do desenvolvimento o agente do sistema capitalista – o mercado – na condição de agente viabilizador de oferta de bens e serviços. Nessa etapa, o projeto de nação deve ser assumido pelo campo da Administração Profissional, pois, dele espera a oferta de bens e serviços necessários para proporcionar o bem-estar social. Quando Santos (2001, p.67) se refere ao campo da Administração Profissional, está a dizer que para que haja a execução de um projeto de nação é imprescindível a divisão social do trabalho, pois não existe a concretização de um projeto de nação sem a participação efetiva de trabalhadores, qualquer que seja a categoria, economista, médicos, pedagogos, engenheiros, pedreiro, carpinteiro, entre outros.

Uma vez concebidas as diretrizes do projeto de nação, ou seja, O QUE O PAÍS QUER SER, E ONDE PRETENDE CHEGAR, bem como o modelo de gestão que poderá viabilizar a sua chegada, Santos (2001) destaca a importância de esclarecer as diferenças conceituais entre *tempo administrativo/normativo/burocrático* e *tempo teórico*. O conceito de *tempo administrativo/normativo/burocrático* está associado ao mandato que o partido político e/ou o indivíduo representante têm, conforme as regras previamente estabelecidas, para governar ou gerenciar uma determinada instituição, quer seja um país, estado, ou município, quer seja uma empresa, sindicato ou partido. O *tempo teórico* não, necessariamente, deve estar vinculado ao *tempo administrativo*, mas sim ao tempo técnico necessário para o cumprimento da finalidade, ou seja, do bem-estar da sociedade. Santos (2001) entende que a temporalidade administrativa/normativa/burocrática deve estar subordinada à temporalidade teórica, haja vista que um projeto de nação não pode ficar à deriva da alternância de indivíduos, partidos ou ideologias.

Em *Bases teórico-metodológicas da administração política*, Santos, Ribeiro e Santos (2009) complementam a teoria quando acrescentam o método e as leis que compõem o campo da Administração Política. Santos *et al.* (2009) rompem com o método consagrado da Economia Política para a formação e distribuição da riqueza invertendo a ordem da equação. Assim, em vez de destacar o crescimento como o elemento primordial para garantir o bem-estar da sociedade, defendem a tese de que a prioridade deve ser dada à distribuição da riqueza já acumulada, para só depois promover um novo ciclo de crescimento, acumulação e distribuição.

Para qualquer nível de renda (PQNR), devemos adotar uma política de distribuição/bem-estar. Depois desse procedimento, é verificado que se a renda social, depois de distribuída de acordo com critérios socialmente aceitos, não for suficiente para superar a materialidade e garantir certo nível de bem-estar, é necessário se implantar uma política econômica de crescimento de modo a expandir a riqueza social para níveis humanitariamente requeridos (SANTOS, RIBEIRO e SANTOS, 2009, p.933).

O método *Para Qualquer Nível de Renda* (PQNR), proposto por Santos, toca em questões sagradas do pensamento econômico. A ideia de partir da riqueza já acumulada para promover o bem-estar da humanidade faz-nos refletir sobre os fundamentos da crise do capitalismo contemporâneo, se de fato esta é uma crise fiscal, como tanto se propagam, ou se estamos diante de uma crise de desordem estrutural do capitalismo. Fato esse que também é refletido por Santos *et al.*(2012) e de forma mais aprofundada por Thomas Piketty (2014) em *O Capital no Século XXI*. A partir do método Santos *et al.*(2009), então formula as leis ou princípios da Administração Política, são elas:

- *Só construir algo novo depois de desfrutar plenamente do que já existe:* Essa lei, tal como o método PQNR, questiona os princípios norteadores do capitalismo moderno, principalmente no que se refere à lógica da destruição criadora proposta por Schumpeter (O ciclo do desenvolvimento econômico), do consumismo, da obsolescência planejada e traz à tona a reflexão sobre o conceito de otimização e de desperdícios de recursos públicos;
- Para legitimar o projeto de nação ou outro de qualquer organização/instituição torna-se necessário relativizar a hierarquia dos processos de construí-lo ou edificá-lo: O argumento central desse princípio está na máxima que quanto mais hierarquizada a tomada de decisão, mais elevados serão os custos e menos participativo e democrático será o processo;
- *A boa governança do projeto de nação está condicionada à compreensão da sua temporalidade:* O argumento central desse princípio está no fato de compreender que o projeto de nação não pode ficar condicionado ao conceito de temporalidade administrativa/normativa/burocrática, mas ao conceito de temporalidade teórica necessária para a execução do projeto, bem como, na ideia de que o projeto de nação não pode ficar à deriva de alternância de indivíduos,partidos e/ou ideologias (SANTOS, RIBEIRO e SANTOS, 2009).

Dessa forma, verifica-se que a Teoria da Administração Política do Desenvolvimento se posiciona como uma teoria social de natureza política, ideológica, propositiva de ações transformadoras e condutoras de um desenvolvimento crítico, não performático, emancipatório e libertário. Ela concede à Administração a possibilidade de pensar e agir a um só tempo os macroprocessos das relações sociais de produção, distribuição e consumo da sociedade, tal como é colocada na *Carta e Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil* (2010-a).

Figura 02: Elementos Caracterizadores do Modelo de Gestão do Desenvolvimento da Administração Política

Elementos Gerenciais/Modelo	Gestão do Desenvolvimento da Administração Política
Objetivo	Orientação para promoção do bem-estar da sociedade
Valor	Pautado em valores pós-modernos (desnaturalização, emancipação, libertação)
Racionalidade	Substantiva/Funcional
Protagonista	Sociedade/Estado/Mercado
Comunicação	Flexível
Planejamento	Administração Política
Implementação	Administração Profissional
Controle	Controle Social
Avaliação	Análise de desempenho social

Fonte: elaboração própria

Considerações Finais

Em síntese, verifica-se que o modelo de gestão do desenvolvimento da administração política apresenta características da abordagem estruturalista. Nele, predomina a crença de que o desenvolvimento é um processo social decorrente da ação enérgica de três agentes principais – Sociedade, Estado e Mercado. Porém, concede ao Estado a função principal de coordenar o projeto de nação, por considerar que o Mercado é um agente movido por interesses egoístas, portanto, incapaz de proporcionar soluções benéficas para o bem-estar comum. Além disso, aproxima-se da ideia de um paradigma sociológico estruturalista, pois considera a sociedade uma força potencialmente dominadora, porque o que se pensa e o que se deseja como projeto de nação são decorrentes do que a própria sociedade impõe a cada um dos agentes administrativos (Estado e Mercado).

Outra questão que norteia o estudo está em saber se a gestão do desenvolvimento, até então em vigor, foi capaz de garantir o bem-estar da humanidade. Nessa lógica, fica mais fácil entender que a eficiência e a eficácia do atual modelo de gestão é simplesmente uma ilusão, uma vez que as estatísticas apontam para uma concentração da riqueza e distribuição da pobreza (PIKETTY, 2014). A prova disso, está no último relatório do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça, cujo qual denuncia a falência do modelo, quando reconhece que apenas 85 pessoas (magnatas do mercado financeiro) no mundo detêm 46% de toda riqueza produzida no planeta (WORLD ECONOMIC FORUM, 2014). O resultado final dessa gestão do desenvolvimento mina a democracia e torna mais difícil a luta contra a pobreza. Nossa percepção é que nenhuma política macroeconômica de uma nação, por melhor que seja, será capaz de reverter essa condição, pois, suas diretrizes são quase sempre

orientadas para a produção e acumulação da riqueza e não para a distribuição desta. Daí a necessidade de ressignificar a gestão para superar a visão restrita da ortodoxia do pensamento econômico-administrativo. A proposta teórico-metodológica da Rede de Pesquisa em Administração Política do Desenvolvimento sinaliza para o cenário que outra administração é possível, frente a fracasso do modelo hegemônico de desenvolvimento.

Referências

- DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro** – a origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Santafé de Bogotá: Norma. ([1995] 1998).
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1974.
- PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In. Bielschowsky, R. (org.), **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, pp. 70-136, ([1949], 2000).
- QUIJANO, A. Modernidade, colonialidad y América Latina. **Neplanta**, v.1, n.3, pp. 533-580, 2000.
- RAMOS, A. G. **A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações** (2ª edição). Rio de Janeiro: FGV. 1989.
- SANTOS, R. S. **A administração política como campo do conhecimento**. São Paulo-Salvador: Mandacaru-Hucitec, 2004.
- SANTOS, R. S. **Keynes e a proposta da administração política para o capitalismo**. São Paulo: Editora Hucitec, (2010-b).
- SANTOS, R. S. **Carta e Manifesta da Administração Política Para o Desenvolvimento do Brasil**: Garanhuns (PE). São Paulo: Editora Hucitec, (2010-a).
- SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: v.35, n.5, set/out, pp.49-77, 2001.
- SANTOS, R. S. & RIBEIRO, E. M. Administração Política Brasileira. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: v.24, n.4, out/dez pp.102-135, 1993.
- SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; & SANTOS, T. C. S. Bases teórico-metodológicas da administração política. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: v.43, n.4, jul/ago, pp.919-941, 2009.
- SANTOS, R. S.; SANTOS, T. C. S.; GOMES, F. G. & FILHO, L. M. A. A Crise, o Estado e os Equívocos da Administração Política Contemporânea. **III Encontro de Administração Política Para o Desenvolvimento do Brasil**. Campina Grande-PB: jun pp.1-35, 2012.
- SANTOS, E. L.; SANTANA, W. G. P.; SANTOS, R. S. & BRAGA, V. L. Contribuições da Administração Política para o Campo da Administração. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social – RIGS**. v. 3 n.2, pp. 183-200, 2014.
- SOUSA SANTOS, B. ; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.
- WANDERLEY, S. Estudos Organizacionais, (des)colonialidade e estudo da dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE.BR**, v.13, n 2, p. 237-255, 2015.
- WORLD ECONOMIC FORUM . *Global Risks 2014*. Recuperado em 24 de abril, 2014, de: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2014.pdf